

Tema: As formas de Apropriação e produção ilegal do espaço no Rio de Janeiro: Uma proposta de abordagem.

Palestrante: Luciano de Lima Gonçalves - Diretor em Gestão e Organização do Território (UFRJ)

Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Ata da Reunião - Dezembro de 2024

Nesta data, reuniu-se por convocação do presidente em exercício do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

SABREN - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda.

Estiveram presentes nesta reunião, os conselheiros titulares e suplentes, conforme lista de presença em anexo.

Estiveram ainda convidados e técnicos do Instituto Pereira Passos que trabalham com a temática apresentada.

A presidente do Conselho, Luana Abreu, iniciou a reunião apresentando nosso Conselheiro Luciano Gonçalves.

Após, a palavra foi passada para o palestrante do dia que agradeceu a parceria com o Instituto Pereira Passos e fica muito grato em poder compartilhar sua experiência.

O Conselheiro Luciano começou falando sobre as frentes de atuação do ISP, na gestão e organização do território, no planejamento urbano brasileiro, não tem praticamente um campo definido

O ISP tem cinco frentes de atuação, fora o sistema de metas, que também recebe dados e informações, mas eu acho que isso vai explicar um pouco de onde vem os dados dessa pesquisa.

E proposta de uma construção, mas é baseada em dados. Vou falar um pouco das pesquisas de frente, da pesquisa espacial, onde eu vou falar um pouco do método, o processamento de disseminação de informações espaciais, o apoio ao planejamento operacional das polícias, a produção cartográfica, e o setor de inteligência, que e onde eu estou alocado.

O setor de inteligência e a parte que está mais voltada para a pesquisa, e que dá mais espaço para a pesquisa acadêmica.

Na produção cartográfica, nós temos um acerto enorme de mapas, deve ter mais de 1.500 mapas, mil desses, cerca de mil mapas, estão publicados, são trabalhos publicados, que vai desde mancha criminal, violência contra a mulher, homicídio, relações de poder sobre o espaço.

São frentes integradas, tudo isso está integrado, principalmente no que diz respeito à pesquisa e a geointeligência.

Nós buscamos fazer agregações com elementos teóricos empíricos, essa agregação tem o âmbito semântico, alfanumérico, os dados qualitativos, geométrica, topológica e esses são os elementos de agregação de valores. Então, eu produzo, a polícia produz e vai criando essa práxis do conhecimento sobre segurança pública, no âmbito da gestão e organização do território.

Nós fazemos a construção de ferramentas, a gente constrói bases de dados geográficas e alfanuméricas, cruza isso e vai, com isso, tentando produzir um saber espacial. O saber é o mais difícil, e o conhecimento em si não tem valor. Ele precisa de um saber para ser aplicado.

O ISP não só consome dados, o ISP produz dados. Nos também saímos a campo. Nós estivemos em territórios conflagrados, e sore escolta policial, para fazer esse trabalho. Então, nós temos essa produção que vai se dar, vai ser fomentada nesse ambiente metodológico. Porque isso parece muito teórico, mas isso é levado a cabo pela gente. Pelo menos no que diz respeito a essa parte geográfica, essa parte da gestão e organização do território.

A pesquisa espacial. Essa é uma função legal do ISP. No caso aqui, a principal que a gente usa é o espaço que o Milton Santos definiu, no livro Natureza do Espaço, que é o espaço como um sistema de ações, um sistema de objetos.

E um outro conceito que o Milton Santos vai trazer, que é importante, é o espaço como forma-conteúdo. No sistema de informações geográficas, isso é muito importante. Porque o espaço é uma forma, é um desenho, e é o conteúdo, o conteúdo alfanumérico. Se eu tiver essa percepção de espaço, eu consigo representar ele dentro do sistema de informações geográficas.

Na geoteligência, onde a gente ali vai definir quais as informações são estratégicas, quais as informações são primordiais, ou seja, qual a pertinência dos fenômenos criminais que são mais relevantes para a segurança das pessoas, e definir os métodos de como adquirir essa informação, esse conhecimento. Os dados, os caminhos de dados, informação, conhecimento, que é o que nós queremos saber. E aí a gente faz trabalho de campo, a gente tem parceiros, a polícia tem sido, nesse pormenor, apesar das diferenças ideológicas, eles têm sido um parceiro que não questionam o nosso objetivo.

A gente tem adquirido os dados deles, eles produzem dados para a gente, e sabem que o uso que nós faremos dos dados, muitas vezes pode ser por um conselho comunitário, pode ser por um sistema de metas, pode ser por uma publicação, que muitas vezes gera polêmica, mas eles, eles sempre produziram os dados. Principalmente a polícia civil

Em 2016, eu tive que fazer um levantamento. Foi o primeiro levantamento que houve. Eu fui a campo, fiz o levantamento sobre todas as áreas. Eu conversei com os policiais. Conversei com a P3, com a P2. Eu falei, olha, você me diga onde tem barricada. Você me diga onde a polícia começa a ter constrangimento. Porque eu não quero mapear pobreza. Quando você entra em um lugar e ele solta fogos, aí você marca ali pra mim. E ninguém acreditou que alguém fosse fazer isso. Eu tive apoio do Exército. Eu tive apoio da P3, da PM. Documentei uma pesquisa.

Agora eu vou entrar em uma parte que tem a ver com o ISP e com meu trabalho acadêmico que é sobre a questão urbana. Eu aprendi é que a questão urbana é falta de residência, segregação residencial, desgastamento do tecido socioespacial. Essa é a questão urbana. Só que hoje as formas de apropriação do espaço trouxeram à baila uma questão territorial. Que é mais importante até que a questão urbana. E também está relacionada a ela. Porque envolve segregação residencial, envolve déficit de habitação.

A questão territorial, tem a ver com esse panorama que vai se desdobrar das formas de apropriação do espaço. A apropriação territorial e a apropriação mercantil. Que é o eixo da abordagem, na verdade, essa abordagem que eu estou propondo, ela tem dois eixos principais. Primeiro, é dedutivo, porque vem da teoria geográfica. Vem da teoria topológica, vem da teoria das redes. E a outra é indutiva, porque vem dos trabalhos de campo. E do ponto de vista teórico. E tenho três escalas essenciais, o lado de dentro, que eu chamo de interlândia, e o lado de fora, que é a vizinhança. E a borda é a rede.

Então, na prática, significa que novas formas de autoridade, mudanças no uso do solo, novos regimes de propriedade. É o que está acontecendo. Esse fenômeno está gerando uma disputa entre redes transacionais. São modelos de negócios incompatíveis. Sendo que um desses, se aproveita para produzir o espaço urbano. É em face disso que o modelo de negócios é a propriedade mercantil. Então ele está produzindo o espaço urbano e o outro modelo de negócio não. Então, esses conflitos que estão acontecendo, são dois modelos de negócios incompatíveis.

Nós fizemos uma revista, o tema foi o Município na segurança pública. A gestão municipal e a segurança pública são um problema muito grande para a prefeitura. Essa prefeitura atual ela tem esse problema. Se a gente verificar os dados, ele fica barrando o loteamento. E as vezes nem era para barrar. Porque os locais precisam ser um anecúmero. Precisa ocupar um espaço. Existe um déficit de moradia. Só que as vezes não dá. A prefeitura vai ficar dando terra para criminoso? Então ela tenta barrar. A certificação de posse de propriedade por mais boa vontade que as prefeituras tenham ela não é suficientemente veloz, ou seja, ela é lenta em face da apropriação criminosa. A solução é distribuir propriedade. Mas a prefeitura pela lei 6766, ela tem essa atribuição. E ela faz, só que não dá. É muito veloz. As pessoas estão ocupando.

A zona Oeste tem o valor real é uma ocupação que não está consolidada e a prefeitura tenta da maneira que pode. Tecnicamente eu não sei. Eu sei que a prefeitura não é criminosa. Ela está tentando fazer um trabalho burocrático com a lei. Só que a legislação não permite uma distribuição rápida de propriedade e também tem o usucapião e os homens têm a grilagem e isso acaba virando um caos. Difícil de manejar. Aí o trabalho da prefeitura correto acaba.

Agora entrando no assunto da rede. A rede é um nível de abordagem, é ele que vai explicar essa guerra entre tráfico. O que vai explicar basicamente, as outras abrangências, porque é um fenômeno escalar. Mas, a rede tem uma força muito grande. A rede, ela é o poder, como vai dizer o Milton Santos, ele vai criar a ordem. É uma força vertical que vai criar ordem através de mãos remotas.

O mais interessante é a abrangência dessa rede. No caso, a rede do Comando Vermelho, é uma rede que a decisão é lá fora. Como a decisão é lá fora, eles não têm muito interesse na apropriação mercantil. O efeito dessa guerra agora é o quê? Um aumento na oferta de drogas. A rede tem uma oferta maior, essas drogas, chegou. Eles querem

ganhar dinheiro. Ou vocês acham que não, que só querem ser bandidos por motivação ideológica. Para eles expandir geograficamente suas transações. Quem está na frente é a milícia.

Já as milícias, será que elas têm uma relação? Pela própria atividade delas, elas precisam de conexões com setores de governo, cartórios. Eles precisam disso. E eles precisam de um sistema de financiamento interessado em promover construção. Ou seja, essa rede, ela é local. Não tem alcance internacional. Você não vai ver milícia ter alcance internacional. Mas ela tem um alcance local muito forte. Porque os negócios dessa rede estão relacionados à construção, estão relacionados à venda de produtos. O Brasil não fabrica cocaína. Então, a rede da droga é lá fora. A decisão, a gente está muito muito alienado dessas decisões. Então, não adianta uma decisão local acabar com a corrupção, não vai promover resultado.

O intuito e promover, desencorajar o controle territorial. Os negócios da droga, não vão acabar. Os negócios imobiliários, os criminosos, não vão acabar. Já tem século passado, já tem mais de 100 anos que as máfias atuam nesse imobiliário. Porém, o espaço é do cidadão, é das pessoas. Essa ideia de pericoação é importante porque o espaço, ele tem que ser de todo mundo. Isso não é uma ideia idiota, não. Isso não é uma ideia higiênica, não. Ele tem que ser, você tem que tomar posse.

A máfia não causa problema, porque ela não controla o território. Ela não vende droga, ela faz as transações dela, mas ela não controla o território. O problema do Rio de Janeiro é esse. É apropriação territorial e mercantil.

A apropriação mercantil, no Brasil, e diferente de todos os lugares do mundo, ela depende da apropriação territorial. Então, o modus operandi está ficando cada vez mais parecido para um modelo de negócios diferente e compatível.

Quanto mais o território for relevante, mais letal ele vai ficar, pelo próprio embate entre policiais e bandidos. O interesse sobre o território aumentou, o interesse em modelo de negócio aumentou.

A presidente do Conselho Luana Abreu trouxe o questionamento sobre a apropriação territorial e mercantil, existe alguma diferença do ponto de vista de política pública e de forma com que o Estado ele faz a repressão para combater a repressão ilegal, feita de forma ilegal?

O Sr. Luciano de Lima trouxe a resposta que deveria existir regras de engajamento, quem falou isso foi o generalista e ele é o secretário de segurança.

Luana trouxe a outra pergunta de atuação, morro, e porque é muito mais difícil, fácil você exercer ilegalmente a repressão no morro, você tem forma de tentar se esquivar de proteger barricada de diferentes formas, porque você é recebido até a visão é diferente certo é diferente de quem está em favela e do ponto de vista territorial da expansão territorial é muito mais difícil de você controlar do que aqui né é um espaço muito mais limitado então a forma de atuação do estado. É a outra pergunta é sobre as políticas públicas diretamente, Brizola foi muito claro, ele tinha aquele discurso, não sobe, a gente não os incomoda, e assim você tinha uma falsa paz, já o Sérgio Cabral tinha política pública clara da criação das UPPs e tem toda aquela parte de civilidade.

O Sr. Luciano trouxe a fala que a ideia, a solução é social. Você tem que desencorajar o controle. A UPP foi boa. Todos sabem disso. Você tem que agir igual. Você não vai chegar lá com a polícia pra ocupar o território e reprimir o território, porque ele não faz isso em lugar nenhum. Você não pode reprimir na favela, você tem que criar uma cultura. Ocupar é importante. Quando o exército vai com tropa de 10 mil pessoas, ninguém vai enfrentar.

Quando a policia entra com tiros, ela vai ser recebida com tiros.

Na UPP, no começo, não aconteceu isso, a população recebeu a polícia. Mas a polícia não foi lá pra policiar só. A própria cultura policial, fez com que as pessoas quisessem, porque, aquilo ali não é um ambiente cultural. O jacarezinho foi um quilombo. A mangueira tem samba. Você não pode reprimir culturalmente as pessoas. Você tem que fazer a cultura fluir e você reprimir os bandonistas.

Ou seja, e não vou dizer que esse é um problema de Estado, porque hoje, o controle territorial, ele é um problema global. Você tem em Uganda, você tem na Amazônia. Então, esse é um problema, uma crise.

O Suplente Cimar do IBGE trouxe a pergunta, vocês têm feito pesquisa de percepção?

O Sr. Luciano Gonçalves respondeu que a gente sente muito essa necessidade e já arrumamos a verba do Frizzed pra ano que vem fazermos uma pesquisa de percepção sobre homicídio.

Meu outro questionamento e qual é a relação que o instituto tem com o instituto de segurança pública?

Nos sempre mandamos um representante para os encontros anuais, mas nós não temos nenhuma parceria com nenhum órgão.

O Conselheiro Mauro Osório da UFRJ, colocou que queria ver qual é a opinião do palestrante Luciano sobre, em que medida a corrupção existente na polícia também não colabora para a existência de controle territorial?

O Sr. Luciano colocou que, se a gente for fazer uma análise etiológica, por que existe controle territorial? A gente vai voltar para o tempo dos quilombos, porque isso é uma cultura, é uma cultura entre nós e eles. Essa cultura, ela se manifestou de várias formas, mas eu diria que essa construção dos morros e favelas, se existir um controle territorial, é porque é fruto da segregação residencial. Eles foram isolados, eles já foram colocados como eles.

Mas o fato é que os grupos criminosos, principalmente esse que é o maior, eles são muito reativos. Então existe uma cultura reativa. Uma cultura mesmo que vem do que no Jacarezinho. Eles têm cultura de quilombo. Eles apanharam muito e chegaram num momento, agora nós vamos bater.

As pessoas costumam dizer que o tráfico começou nos presídios, que acomodaram os presídios. Isso aí é uma balela. Segurança pública não se faz em presídios. É ali que o cara ganha afinidade. É onde as pessoas se encontram. Aquela aliança ali, ela se extrapola.

Isso o presídio tem elevado. Nesse sentido, não em nenhum outro, e aí acabaram se construindo as alianças. Família do Norte, porque ninguém quer ser do PCC dentro da cadeia, é horrível, eles são opressivos. E o Comando Vermelho, é um conjunto de quadril,

quase anárquico. Esse cara é o dono, ele tem influência, ele é bom de nada. Se ele ficar muito falando que é o dono, no outro dia ele morre. Porque não tem dono. Eles aprenderam que só sobrevivem assim, sem ter dono. O PCC não sobrevive, as redes internacionais do PCC são muito frágeis.

O Comando Vermelho, no entanto, tem redes, até em grupos extremistas, eles têm uma rede poderosa. Poderosa. Na verdade, ele não tem uma rede poderosa, ele tem uma chegada. Eles são fluidos, eles chegam, as pessoas o aceitam.

A presidente da mesa trouxe a fala que ano que vem enta pensando em continuar, a gente está em fase de negociação com Henrique Lucas Padilha. Porque depois de várias reuniões, várias decisões, o que a gente pode tirar de lições do G20, de políticas públicas que foram passadas nos próximos anos, para que ele apresente os resultados. Eu acho que isso é muito interessante. Então a gente quer que isso aconteça agora em janeiro. Mas a gente quer mostrar para vocês realmente que a gente traga trabalhos que sejam trabalhos efetivos, que tragam respostas.

Afinal, estamos em Conselho Estratégico. É para isso que funciona. Sendo assim ela agradeceu o Sr. Luciano e falou que foi uma excelente apresentação